

# panorama histórico da fábrica de ferro são João de Ipanema e suas características pré-industriais\*

Mário Danieli Neto\*\*

Universidade Federal de Alfenas

## RESUMO

A trajetória histórica da Fábrica de Ferro São João de Ipanema em Sorocaba (SP) foi uma das mais longas quando se trata de empreendimentos públicos no Brasil. Seu desenvolvimento remonta ao final do período colonial e se estende até os anos finais do século XIX, com muitas contramarchas, interrupções em suas atividades, retomada de investimentos ao longo de mais de um século de funcionamento. Esteve em todo esse período sob o olhar do Estado imperial, ora vista como excessivo peso aos cofres públicos, ora apontada como solução modernizadora para o país. Neste artigo contemplei os aspectos históricos da Fábrica desde suas origens até o encerramento de suas atividades. O desenvolvimento do texto foi feito com base em uma periodização que busca demonstrar as várias fases pelas quais passou a companhia.

**Palavras-chave:** Fábrica de Ferro S. J. Ipanema, Pré-indústria, Brasil (século XIX), Metalurgia, História de Empresas.

## ABSTRACT

The historical trajectory of S. João de Ipanema Iron Factory (Brazil – Sorocaba -SP) was one of the longest when it comes to public enterprises in Brazil. Its development dates from the late colonial period and extends until the final years of the nineteenth century, with many setbacks, interruptions in their activities, resumption of investment for over a century of operation. Throughout this period it was under the gaze of the imperial state, whether seen as the excessive burden the public coffers, whether identified as the solution to modernizing the country. In this article I examine historical aspects of the factory from its origins to the closure of its activities. The development of the text was based on a timeline that seeks to demonstrate the various phases which the company came through.

**Keywords:** Iron Factory S. João de Ipanema, Pre-industry, Brazil 19th Century, Metallurgy, Business History.

\* Submetido: março, 2012; aceito: abril, 2012. Este artigo é uma versão modificada e ampliada do trabalho “Aspectos históricos da Fábrica de Ferro São João de Ipanema (Brasil – SP – Séculos XVIII-XIX)” apresentado no IX Congresso Brasileiro de História Econômica e 10ª Conferência Internacional de História de Empresas, promovido pela ABPHE, realizado na Universidade Federal do Paraná entre os dias 7 a 9 de setembro de 2011.

\*\* Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), Instituto de Ciências Humanas e Letras. E-mail: mariodanieli@uol.com.br.

## Introdução

As origens da Fábrica de Ferro São João de Ipanema remontam ao final do século XVIII. Na historiografia sobre essa empresa há certa controvérsia quanto à primazia do estabelecimento de Ipanema ser a primeira tentativa para a prospecção de minério de ferro no Brasil. Cronistas e viajantes desde o século XVII deram notícias das minas de ferro da região, as quais serviram de base para pesquisas feitas no século XIX e início do século XX. Porém, alguns estudiosos afirmaram que nesses remotos tempos a fábrica de Ipanema nem sequer existia, somente havia a Fábrica de Ferro de Santo Amaro, em São Paulo. Outros estudos, no século XX mostraram que até 1810 ocorreram apenas tentativas de se erguer uma forja, ou fábrica na região do Morro de Araçoiaba, próximo a Sorocaba. No entanto, como mostrou Zequini, o trabalho da historiadora Leda Maria Pereira Rodrigues afirma que existiram empreendimentos naquele local, entre os séculos XVII e XVIII. Zequini fez um levantamento dos sítios arqueológicos que guardam resquícios dessas antigas edificações e concluiu que essas escavações aliadas às interpretações de Arqueologia Histórica e da História da Técnica comprovam a existência da exploração e produção de ferro desde a segunda metade do século XVI (ZEQUINI, 2006:25; 193).

Alguns estudiosos apontam que outro estabelecimento denominado Fábrica de Ferro do Pilar, localizado em Minas Gerais teria iniciado suas atividades antes. Na realidade, há grande dificuldade para estabelecer as datas exatas para os dois empreendimentos fabris. É provável que Ipanema tenha sido pioneira, haja vista a documentação que menciona o local das minas de ferro onde seria instalada a fábrica que remonta a 1765, enquanto a Fábrica do Pilar teve seu início autorizado pelo governo português por volta de 1808-1810. A “controvérsia” (se é que existe) baseia-se na “natureza” por assim dizer dos empreendimentos. Ipanema surgiu como uma pequena empresa de prospecção, fazendo testes com o metal extraído para a fundição, ainda por volta do final do século XVIII. Em seguida, a empresa foi abandonada e seus recursos materiais foram dispersos ou perdidos. Relatos do século XIX referem-se constantemente aos sítios onde se localizavam a “antiga fábrica”. Portanto, existiram na realidade duas fábricas: uma incipiente, com produção precária e que aos poucos foi deixada de lado. Outra que,



por ordenação régia passou a funcionar por volta de 1810 no mesmo sítio da antiga. Também a Real Fábrica de Ferro do Morro do Pilar nasceu a partir de autorização do governo de D. João VI. Assim, Ipanema embora já funcionasse anteriormente, tratava-se de um antigo estabelecimento. Reerguidos seus edifícios e iniciada a construção de altos-fornos recebeu ordens régias em 1810, tornando-se a Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema.

Eschwege escreve que “com o ano 1810 começa a nova história da fabricação de ferro simultaneamente em São Paulo e Minas Gerais”. Segundo Eschwege, o mineralogista Manuel Ferreira da Câmara foi o primeiro a apresentar um projeto para a construção de uma grande fábrica de ferro no Morro do Pilar em Minas Gerais entre os anos de 1808-1809, enquanto o tenente-coronel Von Varnhagen foi incumbido pelo governo de estabelecer em São Paulo uma “nova e grande usina de ferro” no local da antiga fábrica do morro de Araçoiaba (ESCHWEGE, 2011:605).

Portanto, parece não haver precedência de um empreendimento para o outro quanto à fundação, sendo ambos praticamente projetados na mesma época e tendo iniciado sua produção de ferro também no mesmo momento, por volta de 1814-1815. Apesar da importância histórica desses dois estabelecimentos, um rápido passar de olhos, mostra que existe uma maior produção acadêmica sobre a Fábrica Ipanema sem que se possa apontar uma explicação para tal ausência na historiografia sobre o tema. Além desses dois estabelecimentos fabris, há que se lembrar da Fábrica de Ferro do Prata em Congonhas do Campo e a Fábrica de Ferro do Girau em Itabira (MG) cuja fundação é posterior.

Neste trabalho, pretendo concentrar atenção sobre a história da Fábrica de Ferro São João de Ipanema, valendo-me para tanto, de alguns estudos da historiografia mais antiga e também de produções mais recentes sobre esse estabelecimento, além de documentos impressos, especialmente os Relatórios Ministeriais do século XIX.

## Primórdios

A busca e exploração das minas de ferro da região de Sorocaba parecem ser bastante antigas. Alguns relatos mostram o conhecimento dessas minas desde o primeiro século de colonização portuguesa no





Brasil. Em sua “Dissertação” sobre a capitania de São Paulo, Marcelino Pereira Cleto admira-se com a abundância de minério de ferro nas localidades de Sorocaba e Itu, parecendo-lhes estas minas inesgotáveis “pela sua grandeza”. Consta que desde 1605 havia um grande engenho de ferro na região e algumas ferramentas foram enviadas ao almoxarife de Santos (ROTEIROS e NOTÍCIAS... 1977:24-6).

Segue o relato de Cleto mostrando que alguns anos depois, por volta de 1611, esse engenho e outros que foram feitos em São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, estavam em decadência, talvez pela morte de alguns sócios da fábrica ou porque os paulistas empenhavam-se mais em buscar metais preciosos no sertão. Prossegue o relato afirmando que “atualmente (1782 quando foi publicada a “Dissertação”), só me consta que das minas de ferro e aço de Sorocaba fizera o Sr. D. João V ou o Sr. D. José mercê a um homem por vinte anos, não sei debaixo de que cláusulas, ou condições” (ROTEIROS e NOTÍCIAS... 1977:24-6).

Após esse período de decadência dos engenhos de ferro da região, Pereira Cleto relata que “no tempo do general D. Luís Antonio” [de Botelho Mourão], o Morgado de Mateus, ou seja, por volta de 1765, quis o então governador da restaurada capitania de São Paulo promover novamente a prospecção e produção de ferro na região. Para isso, constituiu uma sociedade que contou com alguns poucos interessados, segundo o autor. Para Cleto, na realidade tratava-se de um negócio arriscado, pois após um primeiro aporte de capital, os pretensos sócios recusaram-se a inverter novas somas a não ser que o empreendimento oferecesse lucros (ROTEIROS e NOTÍCIAS... 1977:24-6).

Cabe lembrar que a “Dissertação” de Marcelino Pereira Cleto tinha por objetivo apontar os meios para restaurar a economia paulista e tirá-la da decadência que o autor observava no período em que escreveu. Por isso, as minas de ferro em Sorocaba eram importantes para melhorar as atividades econômicas da capitania e incrementar a arrecadação da Coroa. Afirmava Cleto que a exploração das minas de ferro seria muito útil para São Paulo, pois havia disponibilidade de escravos (“que foram dos extintos jesuítas”) e, além disso, favoreceria a ocupação e aumento demográfico para a capitania (ROTEIROS e NOTÍCIAS... 1977:24-6).

Por volta de 1775, as primeiras amostras de ferro fabricadas naquela localidade foram enviadas ao Marquês de Pombal pelo governador da capitania de São Paulo, o Morgado de Mateus. A partir desse marco, as



atividades para erguer a Fábrica foram iniciadas com a construção dos prédios principais e das oficinas de fundição. O método de fundir ferro ainda era bastante rudimentar, consistindo em algumas poucas etapas de transformação do minério (MÜLLER & OLIVEIRA, 1990). Mesmo assim, presumia-se que a empreitada poderia ser de grande importância para a consolidação do domínio português ao sul da colônia, região que naquele período era objeto de disputas acirradas entre portugueses e espanhóis, às vezes com escaramuças pela posse do território (BELLOTTO, 1979).

As fontes documentais disponíveis até o momento e a bibliografia sobre a Fábrica Ipanema não revelam informações significativas para esse período da história do estabelecimento. Apenas alguns relatos demonstram a preocupação do governo português em viabilizar o projeto e o funcionamento da Fábrica constituindo novamente uma sociedade por ações com proprietários de terras locais. Ao que parece, tal solução embora pudesse ser vantajosa para os cofres da Coroa Portuguesa, mostrou-se na verdade um entrave de difícil superação. Os acionistas aventados pelo governo de Portugal mostraram-se relutantes em investir seus cabedais em uma empresa tão arriscada para a época, preferindo inverter seus recursos na produção de gêneros agrícolas. Vergueiro menciona que por volta de 1770, as tentativas de estabelecimento de uma fábrica na região não lograram êxito, sendo que os morros próximos às antigas fábricas foram ocupados pelos proprietários de terras que habitavam nas imediações das minas (VERGUEIRO, 1979:7).

Um fato relevante para esse período é a promulgação em 1785 do Alvará Régio que proibia qualquer tipo de manufatura nas colônias portuguesas. Ao que parece, tal legislação teve impacto negativo em Ipanema. Vergueiro não menciona claramente o Alvará Régio, mas relata a decadência do estabelecimento por volta de 1770, retomando suas atividades somente em 1800 (VERGUEIRO, 1979:7).

Os efeitos do Alvará sobre a economia da colônia foram analisados por diferentes autores que guardadas as distintas concepções historiográficas, de modo geral interpretam o Alvará como uma manifestação clara “de uma política colonial de tipo mercantilista tradicional” que visava reforçar o controle econômico da metrópole sobre sua colônia na América (NOVAIS, 2005:61-82). Por sua vez, Novais interpreta o texto do Alvará em sua forma e conteúdos, mostrando as dificuldades de análise desse documento histórico. Para esse autor, o texto da lei aponta para

algo mais profundo do que a simples pressão das autoridades portuguesas sobre a economia da colônia. A proibição das manufaturas visava atacar tantos outros problemas decorrentes da estrutura colonial e da conjuntura internacional que se entrelaçavam no final do século XVIII. Para Novais, “o surto manufatureiro encarnando possibilidades, embora precárias, de desenvolvimento autônomo da economia brasileira, poderia servir de suporte material às ideias separatistas” (NOVAIS, 2005:80).

Analisar os efeitos do Alvará de 1785 sobre as atividades da nascente Fábrica de Ferro Ipanema é algo bastante complexo. A princípio, podemos aventar a hipótese de que as funções da companhia foram encerradas por força do alvará que impedia a produção de artigos manufaturados que pudessem concorrer com os produtos portugueses no mercado da colônia. Embora a falta de documentos e informações sobre esse período seja grande, é possível que o Alvará tenha levado à completa dispersão dos recursos financeiros e materiais que pertenciam a Fábrica. As terras foram ocupadas por pequenos agricultores de cana, levantaram-se alguns engenhos para fabricação de açúcar, alguns dos equipamentos que eram propriedade da companhia foram também tomados por particulares e os escravos que pertenciam à empresa acabaram espalhando-se pelos engenhos e fazendas vizinhas (MÜLLER & OLIVEIRA, 1990:1248).

Eschwege aponta que a antiga fábrica funcionou em condições precárias e com sistema de produção primitivo até 1760, ficando inativa por 40 anos (ESCHEWEGE, 2011:601). Acerca das consequências do Alvará de 1785, Caio Prado Jr. afirma que o setor de metalurgia foi mais favorecido que outras atividades (tecelagem, por exemplo) e que em 1795 o governo permitira o estabelecimento de manufaturas de ferro no país (PRADO Jr., 1996:226).

A afirmativa do insigne historiador parece ser confirmada por outras fontes. Por exemplo, em 1801 tem-se notícia de que Martim Francisco Ribeiro de Andrada ocupava os cargos de “Diretor das Minas e Matas de São Paulo e inspetor da Fábrica de Ferro São João do Ipanema”. É dele o relato intitulado “Jornais das viagens pela Capitania de São Paulo” publicado em 1805 (ROTEIROS E NOTÍCIAS... 1977:24-6).

Podem-se extrair dessas notícias duas hipóteses: primeiro que as atividades da Fábrica por essa época estavam paralisadas, ou pior, talvez nem os prédios e oficinas estivessem em pé, pois o Andrada refere-se

apenas a “antiga fábrica” e em outro trecho do texto, deixa claro que não se demoraria em descrever as condições mineralógicas e geográficas do local onde se deveriam “levantar as ferrarias” por ter tratado desse assunto em outro documento enviado ao governo. Segundo, e aí se trata mais de especulação, pois ainda não foram encontrados documentos comprobatórios, os efeitos do Alvará de 1785 foram sentidos pela antiga manufatura de ferro que, provavelmente teve suas atividades encerradas e ao adentrar o século XIX recomeçava a fazer parte dos planos do governo de Portugal para a região.

Após esse período de paralisação das atividades que corresponde mais ou menos aos anos de 1770 a 1800, parece que houve uma retomada dos investimentos e novas tentativas foram feitas para erguer edifícios e oficinas para o funcionamento da Fábrica. Vergueiro menciona que a partir de 1800 aproximavam-se tempos mais auspiciosos para o empreendimento. Menciona que em 1800 o então coronel Cândido Xavier de Almeida juntamente com o químico João Manso Pereira foram designados para examinar as montanhas e as jazidas de ferro, bem como avaliar as matas e fazer um levantamento das peças que julgassem necessárias para erigir a Fábrica. Informa Vergueiro que tais procedimentos resultaram na escolha do Rio Ipanema como local para instalação do empreendimento. Em 1803, relatou Vergueiro que “o coronel Martim Francisco Ribeiro de Andrada, inspetor das minas e matas desta província nas viagens mineralógicas que nela fez, examinou cuidadosamente a mesma montanha e suas relações concordando exatamente com João Manso nos lugares do açude e fábrica” (VERGUEIRO, 1979:7). Para os anos posteriores a 1803, a “Memória” escrita por Vergueiro não fornece informações, passando a tratar da Fábrica após 1810.

## O período 1810-1821

Revogado o Alvará de 1785 é provável que esse período tenha sido um dos mais movimentados da Fábrica de Ferro Ipanema. Vergueiro faz uma descrição bastante detalhada das administrações que estiveram à frente do empreendimento e mostra a lenta evolução de suas atividades produtivas, com a incorporação de novos equipamentos e a chegada de alguns técnicos europeus para auxiliarem nas tarefas de refino de ferro

(VERGUEIRO, 1979:10-11). Cumpre lembrar o contexto histórico muito agitado dessa época, após o desembarque da corte portuguesa em sua colônia americana e as profundas mudanças decorrentes desse fato (ALENCASTRO, 2000).

A Fábrica foi construída no termo da Vila de Sorocaba, comarca de Itu, na margem esquerda do Rio Ipanema, que entra pelo Rio Sorocaba, alcança o Tietê e daí ao Paraná, “sempre pela esquerda” (VERGUEIRO, 1979:4). Conforme Canabrava, a fábrica deveria produzir ferro fundido e forjado além de todos os demais insumos derivados da atividade metalúrgica. Segundo esta autora, tal iniciativa implicava em se criar no Brasil um “fluxo permanente de bens de produção” (CANABRAVA, 2005:87).

Portanto, os planos do governo de D. João VI para o Brasil incluíam a possibilidade da expansão da produção artesanal e fabril. Especial atenção, segundo alguns relatos, deveria ser dada à produção de ferro e aço, base da indústria na Europa. Por esse motivo, aqui no Brasil, a implantação de fábricas que pudessem atender futuras demandas por esses produtos era vista com otimismo pelos seus coetâneos. Vergueiro, por exemplo, destaca a importância das manufaturas para o crescimento econômico e melhora das condições sociais do Brasil no início do século XIX, quando recomenda elevar-se “a fundição de ferro cru e a refinação do maleado à possível perfeição”; e depois exorta o governo a estabelecer fábricas de todos os artigos possíveis, bem como incentivar a instrução escolar e técnica para o aperfeiçoamento da mão-de-obra (VERGUEIRO, 1979:49).

Ainda com base no relato de Vergueiro, verifica-se que a partir da constituição da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema em 1810, duas administrações bem distintas estiveram à frente do empreendimento. Vergueiro não esconde seu desapontamento com a administração do sueco Gustavo Hedberg ao afirmar: “princiarei este desgraçado período transcrevendo o contrato de Hedberg, firmado em Estocolmo pelo nosso ministro, hoje Conde de Oriola, e ajustado pelo sueco Bayer, nosso cônsul” (VERGUEIRO, 1979:8). Vergueiro aponta que várias cláusulas do documento feito entre os governos de Portugal e da Suécia relativos ao empreendimento eram desfavoráveis aos interesses da futura companhia. Havia problemas na origem do contrato, como o artigo IV que o autor julgava “lesivo e indecente”, ao tratar da mão-de-obra e dos equipamentos



necessários para dar início às atividades da Fábrica, pois vários itens (como caixões de madeira, foles e eixos) poderiam ser feitos em madeira, evitando-se o custo de transporte a partir de Santos. No mais o contrato era ainda mais nocivo aos interesses públicos no tocante aos salários do diretor e à contratação dos obreiros (VERGUEIRO, 1979:11).

Na verdade, o relato de Vergueiro reafirma as observações feitas anteriormente por von Eschewege acerca da administração sueca. Assim como Vergueiro, o célebre autor de *Pluto Brasiliensis* não mede palavras para descrever a péssima diretoria presidida por Hedberg, afirmando que este pretendia instalar a Fábrica “a seu modo” ignorando as objeções de técnicos quanto à impossibilidade de se produzir as 40 mil arrobas anuais acordadas devido às instalações inadequadas e à falta de técnicos qualificados para o trabalho (ESCHEWEGE, 2011:626-7; VERGUEIRO, 1979:18).

Eschewege ainda descreve as razões para que os “técnicos” e operários recrutados por Hedberg aceitassem o convite para a viagem: muitos dos que vieram para o Brasil sequer entendiam alguma coisa sobre metalurgia (eram carpinteiros, camponeses, alfaiates, pessoas sem qualquer ofício, etc.). Na verdade, vários deles eram credores de Hedberg e instalaram-se no Brasil junto à nascente Fábrica de Ferro na esperança de reaverem o numerário que o agora diretor da companhia lhes devia. “Seus credores quiseram persegui-lo, mas sua boa estrela brilhou no firmamento brasileiro” (ESCHEWEGE, 2011:631-32).

Por volta de 1812, tendo em vista os poucos resultados da produção da Fábrica, o governo designou o Tenente-General Carlos Antonio Nacion para examinar as obras de instalação de alto-fornos e dar outras providências sobre a companhia. No entanto, para decepção daqueles que esperavam a destituição do famigerado diretor Hedberg, Nacion simplesmente acatou os projetos inexecutáveis do sueco e deixou a fábrica no estado em que estava ou pior, pois suas providências proibiam novas obras, derrubadas de matas e plantio de roças, por exemplo. Em carta enviada a Varnhagen, Nacion conclui que uma empresa que começara mal não poderia ter bom termo, mas acreditava que futuramente as instalações da fábrica poderiam ser mais bem aproveitadas (ESCHEWEGE, 2011:632).

Por sua vez, Vergueiro também mostra sua decepção com as inexpressivas providências tomadas por Nacion, atribuindo-as possivelmen-



te, as relações políticas de Napion com o conde de Linhares, do qual Hedberg era “protegido” ou à ignorância das matérias concernentes ao funcionamento da Fábrica, que o fizera acreditar nas promessas do diretor. Vergueiro, no entanto, não deixa de observar que “ele (Napion) manchou vergonhosamente sua reputação, sem ignorar inteiramente o mal que fazia” (VERGUEIRO, 1979:24).

Em suma, tanto as palavras de Vergueiro como de Eschwge são claras em mostrar que durante as décadas iniciais do século XIX, as tentativas de se elevar uma fábrica de grande porte na região do rio Ipanema foram frustradas por conta da má administração e mesmo corrupção que os dois autores acusaram recair sobre a diretoria de Hedberg.

Em setembro de 1814 a companhia sueca foi desfeita e por ordem do Conde da Palma, então governador de São Paulo, organizou-se uma “companhia alemã” que ficaria sob a responsabilidade de Varnhagen que contaria em sua administração com a ajuda de Eschwege (ESCHEWEGE, 2011:634).

Tanto Eschwege como Vergueiro apontam o período em que Varnhagen comandou a fábrica como um período de grandes conquistas, após a desastrosa gestão de Hedberg. O novo diretor empenhou esforços para refazer muito daquilo que considerava inadequado ou irregular nos edifícios da fábrica, assim como deu início à construção de dois altos fornos, iniciando por volta de 1815 os trabalhos de fundição do metal (VERGUEIRO, 1979:36).

No período em que comandou a fábrica (1815 a 1821), Varnhagen buscou reabilitar junto ao governo a credibilidade perdida durante a administração anterior. Para isso, acelerou a produção de ferro, concluiu obras necessárias e outras que estavam sem terminar, organizou o guarda-livros para assento dos movimentos contábeis da companhia, entre outras ações. Durante sua administração as despesas da companhia somaram 26:849\$489 entre os anos 1815 e 1818, valor esse abaixo do que foi apresentado pela administração de Hedberg cuja soma alcançou os 31:185\$726 (ESCHEWEGE, 2011:662-64).

Julgando-se pelas informações de Eschwege e Vergueiro, o período em que Varnhagen esteve à frente da Fábrica Ipanema foi de importantes realizações. O novo diretor aproveitou algumas construções da antiga administração sueca e incrementou ainda os altos-fornos. Deu início à produção de ferro com mais regularidade e estabeleceu normas disci-

plinares para organizar o trabalho. Fez anotações importantes sobre a produtividade, o consumo de combustíveis, custos de produção, preços dos produtos finais da Fábrica. Tais informações são úteis para se observar a evolução do sistema de produção após as modificações introduzidas por Varnhagen. A tabela 1 a seguir, confeccionada a partir da obra de Eschwege ajuda a visualizar a produção e o consumo da fábrica entre 1815 e 1821.

Tabela 1 – Produção e consumo de combustível da Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema

ANO	FERRO EM BARRAS PRODUZIDO (ARROBAS)	CARVÃO GASTO (ARROBAS)	FERRO GUSA PRODUZIDO (ARROBAS)	OBRAS FUNDIDAS (ARROBAS)	CARVÃO GASTO (ARROBAS)	LENHA GASTA (MEDIDAS)
1815	2354-153/4	-	-	-	-	-
1816	2086-211/4	-	-	-	-	-
1817	2510-121/2	-	-	-	-	-
1818	1809-21	-	2480-24	642-12	3564	552
1819	2183-311/2	33376	7406-13	5460-4	12334	9591
1820	2244-6	36065	5841	5999-12	8668	73391/2
1821	2896-18	32044	2359	487-9	2304	22391/2
Total	16083-30	101485	18087-5	12589-5	26870	19722

Obs.: de 1815 a 1818 as contas de carvão não foram especificadas.

Fonte: ESCHWEGE, W.L. von. Pluto Brasiliensis. Edições Senado Federal, vol. 140: (2011:664).

Percebe-se que a produção de ferro em barras oscila durante o período, sem apresentar um incremento. Assim também a produção de ferro gusa, que apresenta maiores saltos, sendo que os anos de 1820 e 1821 registram queda. O mesmo pode-se observar em relação ao consumo de carvão que, em certa medida, acompanha a evolução da produção de ferro e de obras fundidas. Eschwege em vários momentos de seu relato sobre Ipanema afirma que o consumo de combustível dos fornos da Fábrica era muito elevado e apresenta argumentos técnicos para explicar essa distorção, segundo seu ponto de vista.

Desse modo, verifica-se que são duas administrações muito distintas quanto aos seus objetivos e resultados frente ao empreendimento de Ipanema. Hedberg foi considerado pelos seus coetâneos como um di-

retor corrupto, inepto para o ofício e que relegou os interesses da Fábrica para o segundo plano, sobressaindo-se seus interesses particulares. Por sua vez, Varnhagen obteve apoio imediato de importantes figuras, como o próprio Eschwege com quem manteve correspondência durante os anos de sua gestão na diretoria da companhia. Também Vergueiro condena os vícios da administração Hedberg e exalta os feitos de Varnhagen como um período de muita atividade e melhorias importantes para Ipanema. Não há notícias se Hedberg se pronunciou a respeito das acusações que a ele foram dirigidas.

### O período 1822-1834

Na historiografia sobre a Fábrica Ipanema há uma lacuna que corresponde praticamente ao período que vai da Coroação de D. Pedro I como Imperador do Brasil independente (1822) até sua abdicação em 1831. Apenas em 1834, algumas fontes mencionam novamente o esforço governamental para levar em frente a produção em Ipanema. Esse “vácuo histórico” entre 1821 e 1834 foi percebido pelo historiador Nilton Pereira dos Santos que levanta a hipótese de que o vazio de informações sobre esses anos pode ser explicado pelas fontes utilizadas pelos historiadores (SANTOS, 2009:36). Ou seja, como a maior parte das fontes não trata do primeiro reinado, há uma ausência de análises relevantes sobre esse período. Propõe Santos a retomada de fontes ainda não publicadas, como ofícios, relatórios, memorandos da fábrica, trocados com outras instâncias governamentais que possam revelar como foi o funcionamento da Fábrica durante o turbulento governo de D. Pedro I.

Na tentativa de colaborar para “preencher” essa lacuna, seguem algumas informações importantes sobre a Fábrica Ipanema nos conturbados anos após a independência.

As informações obtidas sobre a Fábrica nesse período são muito fragmentadas. Domício de Figueira Murta, tradutor da obra de Eschwege para o português anota que após a saída de Varnhagen do comando, estiveram à frente do empreendimento duas administrações comandadas pelo capitão Rufino José Felizardo (1821-1824) e por Antônio Xavier Ferreira (1824-1835). Essa época, porém, é considerada como de de-

cadência para a fábrica devido à incompetência de seus diretores (ESCHEWEGE, 2011:666).

Das poucas informações sobre o período 1821-1834 consta que aviso régio de 21 de julho de 1817 dispusera sobre a criação de uma fábrica de armas junto à Fábrica Ipanema, mas que até fevereiro de 1830 tal medida não fora executada. Em 1831 a Fábrica passou a ser subordinada à Repartição dos Negócios da Guerra, em virtude da Lei de 15 de novembro daquele ano. Em 1833, escrevia o Ministro da Guerra Antero José Ferreira de Brito que a Fábrica não poderia prosperar sem que lhe fosse destinado grande aporte de capitais para aquisição de terrenos e de ações em mãos de particulares. Portanto, o governo lançara a possibilidade de arrendar o empreendimento, evitando assim, elevados custos para os cofres públicos (Relatório do Ministério da Guerra, 1833). As despesas da Fábrica em 1833 somaram 3:336\$000 das quais 2:750\$000 foram dispendidos com uma ferraria. Sabe-se, entretanto, que pela Lei de 12 de outubro de 1833, o governo ordenara pôr em arrendamento a fábrica, mas ao que parece, tal procedimento não foi realizado ou não houve interessados particulares no processo (NOTÍCIA da CRIAÇÃO..., 1872).

Porém, no ano seguinte (1834) o mesmo Ministro dava notícias mais otimistas sobre Ipanema, afirmando ser este um dos estabelecimentos mais promissores do Império, bem como possuía, em sua visão, as minas mais ricas. Não obstante, não deixa de reconhecer a decadência do estabelecimento e afirma que se o Governo desejava dar novo impulso ao engrandecimento do Império, deveria “em pouco tempo fazer trabalhar aquela Fábrica com a progressiva atividade”. A importância de tal medida estava no fato de que, fazendo-se a Fábrica produzir em ritmo mais acelerado, “o Brasil inteiro não terá que comprar a alto preço o ferro, que possui em abundância”. Destaca ainda o ministro que Ipanema poderia contribuir com a formação de mão-de-obra para outras fábricas que o Governo viesse a instalar em diferentes províncias, pois os mestres que ali se tornassem práticos na exploração de minas e fabrico do ferro estariam aptos a oferecer seus conhecimentos para a implantação de novos estabelecimentos metalúrgicos no Brasil.

No entanto, para que a Fábrica voltasse a ser vista com bons olhos, era necessário dar cumprimento à Lei que previa indenizar os acionistas que se dispuseram a entrar com capital para a elevação do estabele-

cimento, assim como os proprietários de terrenos adjacentes que deveriam ser encampados pela companhia a fim de garantir o fornecimento de matas para combustível. Com tais medidas, esperava o ministro “que em resultado de todos os seus esforços, o arrendamento, a que se há de proceder em virtude da mesma Lei, venha a ser o mais vantajoso para a Nação”. (Relatório do Ministério da Guerra, 1834:12)

Das informações obtidas para esse período, em especial para os anos 1833 e 1834, parece que a Fábrica estava em franca decadência. A tentativa de arrendar o estabelecimento visava resolver o problema da constante necessidade de capital que o mesmo acarretava aos cofres do Governo e consolidado o arrendamento, deixar aos particulares a responsabilidade de fazê-lo produzir adequadamente (Lei n. 66 de outubro de 1833). No entanto, como foi dito anteriormente, não consta que a Fábrica tenha sido arrendada.

## O período 1835-1860

Em 1835, a administração de Ipanema enviou ao Ministério da Guerra informações importantes sobre as receitas e despesas da Fábrica. Por esse documento, percebe-se que a receita da companhia era composta basicamente da venda de produtos de pequeno porte e de outros artigos que não saíam necessariamente das oficinas de refino de ferro. No rol dos produtos de ferro arrolados no relatório de 1835 constam, por exemplo, 61 cilindros, 161 panelas, 19 tachos, 188 peças de miudezas entre outros. Além disso, também foram vendidas 868 arrobas e meia libra de ferro em barra. Acrescente-se ao cômputo das receitas as manufaturas de diversas oficinas (como as de coronheiro, torneiro, etc.) e várias obras de carpintaria. Também fazem parte da receita da empresa produtos como tábuas, cal, alimentos (principalmente farinha, fubá e feijão e produtos de origem animal). Do trabalho da escravaria resultavam produtos como pedras para construção e cantaria, cavacos e lenha sublinhados na receita como “Indústria da escravatura”. No referido documento, não há informações sobre como e para quem tais produtos foram vendidos, mas registre-se o interessante fato de que a direção da companhia parecia ter a preocupação de diversificar seus produtos e aumentar a receita.

No entanto, as despesas da Fábrica no mesmo período eram grandes. Em sua maior parte compunham-se de pagamentos de salários e jornais de escravos “em dias santos”, além das despesas com a alimentação, vestimenta e tratamento de saúde dispensadas aos escravos da companhia e claro, materiais para a produção de ferro (carvão, cal, madeira, etc.). Consta também da despesa da companhia itens diversos, como gêneros alimentícios que atendiam aos trabalhadores livres e escravos e ao hospital da fábrica, pólvora, material de escritório, animais para tração e transporte, entre outros. Constam ainda entre os itens com os quais a Fábrica arcava “despesa do escravo criminoso na cadeia de Sorocaba” e “apreensão e condução de escravos fugidos”. O balanço entre receitas e despesas da companhia em 1835 foi positivo, perfazendo 3:170\$070 (Relatório do Ministério da Guerra, 1836, s.n.p.).

Para os anos seguintes, os dados contábeis fornecidos pela administração da Fábrica e que constam dos relatórios do Ministério da Guerra apontam oscilações nos saldos resultantes das atividades da empresa. Assim, por exemplo, em 1836 restou nos cofres da companhia a importância de 472\$801 e no ano seguinte, o saldo foi de 4:069\$880. Na tabela 2 pode-se observar a evolução financeira da companhia para o período 1835-1837 (em contos de réis).

Tabela 2 – Receita e despesa da Fábrica de Ferro São João de Ipanema (em contos de réis)

ANO	RECEITA	DESPESA	SALDO
1835	20:703\$805	17:533\$735	3:170\$070
1836	24:228\$279	23:755\$478	472\$801
1837	12:524\$669	8:454\$789	4:069\$880

Fonte: Relatórios do Ministério da Guerra.

Tal situação financeira era atribuída, segundo o Ministro da Guerra, ao desempenho do Major João Bloem no comando do empreendimento, “o qual pode conseguir não só fazer desaparecer o *déficit*, que existia antes de sua administração; mas também apurar um saldo, que promete aumento, não obstante as obras com que tem melhorado o Estabelecimento que dirige” (Relatório do Ministério da Guerra, 1837:10). O Ministro da Guerra destaca ainda a importância de Ipanema para o governo e para a região, ressaltando que “a maior parte dos projéteis, de

que necessita o Arsenal de Guerra da Corte, são já fundidos na dita Fábrica” além do que, muitos engenhos de açúcar da Província de São Paulo contavam com utensílios de ferro produzidos pela companhia.

Ainda em 1837, o Major Bloem na qualidade de diretor da Fábrica foi autorizado a viajar para a Europa a fim de contratar trabalhadores, comprar novas máquinas, moldes e outros itens necessários para melhorar os processos de produção de ferro, contando com a dotação de oito mil libras esterlinas para efetuar tais contratos (Relatório do Ministério da Guerra, 1837:10).

O montante de investimentos deixou otimista o Ministro da Guerra que em 1838 escrevia ao governo que a Fábrica já contava com “suficiente número tanto de Artistas Inteligentes, como de máquinas precisas ao seu andamento”, adquiridas na Europa e que prometiam, em pouco tempo, fazer valer o montante investido para a melhora da companhia. De fato, já em 1838, o Major Bloem apresentava ao Ministério da Guerra uma planilha contendo a relação de empregados de várias categorias que compunham os quadros de direção e trabalhadores da Fábrica. Naquela ocasião prestavam seus serviços à Ipanema cinco empregados de “primeira classe” sendo dois deles estrangeiros que ocupavam os cargos de “Técnico Diretor das Máquinas” e “Diretor dos Fornos altos e refino”. Havia também cinco empregados de “segunda classe” e 24 “artistas” estrangeiros (maquinistas, ferreiros, moldadores, torneiros, mestres de ofício, etc.). Além desses, trabalhavam na Fábrica 47 “africanos livres” e 128 escravos (Relatório do Ministério da Guerra, 1839).

Segundo Baddini, esta grande investida para aumentar a produtividade da fábrica trouxe para Ipanema mais maquinário e arregimentou um total de 227 operários provenientes da Alemanha. Os resultados, porém, foram desastrosos, sendo que a maior parte dos trabalhadores trazidos de fora deixou a fábrica um ano depois de sua chegada (BADDINI, 2002).

Para os anos de 1839 e 1840 o Ministério da Guerra volta à carga insistindo na necessidade de incorporar novos terrenos. Segundo o relatório de 1839 as propriedades a serem adquiridas somavam 56:403\$600. Também novos braços eram solicitados para que se pudesse produzir. Tanto em 1839 como em 1840 os relatórios desse Ministério ressaltam a urgência de mais escravos para os trabalhos da Fábrica (Relatório do Ministério da Guerra, 1839:16; 1840:13). Os relatórios do Ministério da



Guerra para os anos de 1841 e 1842 não foram localizados. Os relatórios de 1843, 1844, 1845 trazem poucas informações novas. Continuam as reclamações da diretoria sobre a falta de braços, principalmente escravos, para os serviços de produção de ferro e outros tantos, como derrubada de matas, manutenção dos edifícios, entre outros. No relatório de 1843, por exemplo, o ministro mostra preocupação com os procedimentos de demarcação dos terrenos próximos à Fábrica e pondera que aguarda informações mais precisas sobre os trabalhos de Ipanema, as quais foram solicitadas ao diretor.

As informações solicitadas pelo governo à administração da Fábrica serviram de base para um novo posicionamento do ministro que consta no relatório do exercício seguinte (1844). Nesse documento, afirma Jeronimo Coelho que após analisar os argumentos do diretor quanto à necessidade de aquisição dos terrenos limítrofes da companhia estava convencido que a medida não era conveniente já que as propriedades da fábrica estavam cobertas de matos para cortar. Além disso, mantendo-se o número de forjas que estavam em funcionamento não haveria razão para novas aquisições (Relatório do Ministério da Guerra 1844, publicado em 1845:11).

Em 1844, havia nos quadros de operários da companhia 119 escravos de ambos os sexos e idades variadas, 89 africanos livres e 25 presos de galés. No entanto, desse número deveriam ser descontados os de pouca ou muita idade, os doentes e mesmo os presos que para o ministro tinham pequena serventia, por isso, volta a insistir para que o governo envie para a Fábrica 100 escravos do Piauí. (Relatório do Ministério da Guerra, 1844, publicado em 1845:12).

Como forma de animar a produção da Fábrica e por consequência, desonerar as finanças do Estado, Jeronimo Francisco Coelho sugere que se concluam as obras das estradas entre Sorocaba e Itapetininga até alcançar o litoral paulista. Acrescenta a necessidade de se criar um novo estabelecimento, filial de Ipanema em Cubatão ou em Paranapiacaba, onde o ferro de Ipanema seria refundido e escoado pelos saveiros vindos de Santos. (Relatório do Ministério da Guerra, 1844, publicado em 1845:13).

Nos documentos pesquisados não foram localizados os relatórios do Ministério da Guerra para os anos que vão de 1846 a 1854. Somente a partir de 1855, volta-se a ter notícias da Fábrica Ipanema nos documen-



tos oficiais, mas tais informações deixam clara a precariedade em que se encontrava o estabelecimento, após anos de tentativas de recuperação e investimento de capital. Os entraves causados pela falta de infraestrutura do país eram de tal monta que inviabilizaram os esforços para se escoar a produção da companhia. Em 1855, escrevia o Ministro da Guerra, Luís Alves de Lima e Silva que apesar do estabelecimento possuir “uma das mais ricas minas de ferro conhecidas no país”, a falta de boas vias de comunicação “impossibilita o transporte de grandes e pesados artefatos, e torna mui dispendioso o dos pequenos, que é todo feito às costas de bestas”. No entanto, ressalta Lima e Silva que a Fábrica possuía um bom corpo de operários e técnicos e com os avanços materiais que o país adquiria, talvez houvesse melhores possibilidades para Ipanema no futuro (Relatório do Ministério da Guerra, 1855, publicado em 1856).

Para o futuro Duque de Caxias, o estabelecimento de Ipanema deveria ser mantido com os poucos recursos que o governo poderia destinar-lhe e com as condições materiais mínimas para seu funcionamento, sem muita preocupação com o que poderia advir de tão pouco caso com um patrimônio do Estado que aos poucos se deteriorava pela falta de atenção por parte do Império. Pior situação, talvez, fosse a dos trabalhadores e técnicos da companhia e mesmo de sua diretoria, cujos esforços para animar a produção não eram levados em consideração.

Para os anos de 1856 e 1857 as notícias sobre a Fábrica são ainda mais desanimadoras. Escreve o Ministro em 1856 que nada havia a acrescentar sobre a decadência da companhia. O relatório de 1857 é um pouco mais detalhado, dando conta de informar que entre os muitos problemas que concorreram para que a Fábrica chegasse a tão deplorável estado encontravam-se além da falta de estradas e do custo elevado do transporte, o estado rudimentar de exploração das minas de ferro, as técnicas de produção empregadas, capazes apenas de produzir metal de qualidade inferior em comparação aos artefatos estrangeiros. No caso do mercado consumidor dos produtos da companhia, o relato mostra que os principais compradores eram os proprietários de engenhos de açúcar de São Paulo e Minas Gerais, os quais, ao trocarem a cana-de-açúcar pelo café deixaram de consumir peças de ferro da Fábrica, contribuindo assim, para sua precária situação financeira e material. Além disso, o estado precário dos edifícios, das máquinas e equipamentos exigiam

investimentos vultosos, sendo que a contabilidade da companhia era quase sempre deficitária. Por esses motivos, sugere o ministro que se dê procedimento, novamente, ao processo de arrendamento da companhia que se iniciara em 1850 por meio da Lei n. 555 (Relatório do Ministério da Guerra, 1857, publicado em 1858).

Já no relatório do Ministério da Guerra do ano seguinte, encontra-se explicitamente a sugestão de dar encerramento às atividades da Fábrica, caso o governo não obtivesse sucesso em arrendar o empreendimento a particulares. Todas as atividades metalúrgicas seriam suspensas mantendo somente o pessoal necessário para zelar pelo patrimônio edificado e pelas oficinas e máquinas, bem como cuidar das matas para o carvão (Relatório do Ministério da Guerra, 1858, publicado em 1859).

Por meio da Lei de 14 de setembro de 1859, o governo imperial decidiu criar na província de Mato Grosso, algumas novas fábricas de ferro e pólvora. Para levar a efeito tal ordem, foi incumbido o engenheiro civil Rodolpho Waehneltdt que já trabalhava há alguns anos para o governo. Afirma-se no referido relatório que “grande parte do material e pessoal da fábrica de ferro de Mato Grosso é tirada da fábrica de Ipanema”, expediente esse que evitaria o dispêndio de grandes recursos com a importação de novas máquinas, embora houvesse a “necessidade de comprar na Europa algumas máquinas de recente invenção (...) e mesmo engajar algum pessoal habilitado, quer para o fabrico do ferro, quer da pólvora” (Relatório do Ministério da Guerra, 1859, publicado em 1860:20).

No mesmo documento registra-se que dado o estado deplorável do estabelecimento, a continuação dos trabalhos da Fábrica seria prejudicial ao Estado, por isso decidira-se pela suspensão de suas atividades. Além da remessa de parte das máquinas e envio de pessoal para Mato Grosso afirma-se que a consignação de 30:000\$000, votada anualmente para dar sequência aos serviços de manutenção dos edifícios, oficinas e matas, “descerá seguramente a 8:000\$000, despesa que apenas se fará enquanto a fábrica não tiver outro destino determinado” (Relatório do Ministério da Guerra, 1859, publicado em 1860:20).

As imensas dificuldades de Ipanema levaram ao encerramento de suas atividades no ano de 1860 pelo aviso de 27 de janeiro. O aviso ordenava que se mantivessem ativos os trabalhos de conservação dos edifícios e manutenção de máquinas. Porém, tal medida não foi cum-

prida e a fábrica foi praticamente desmontada, suas máquinas e escravos enviados para Mato Grosso e os edifícios tornaram-se rapidamente ruínas por falta de cuidados (Notícia sobre a criação..., 1871: 25-6).

## O período 1870-1895

A história da Fábrica de Ferro Ipanema no período posterior à década de 1860 recebeu importante contribuição historiográfica a partir do trabalho de Nilton Pereira dos Santos que por meio de minuciosa pesquisa com fontes primárias e consistente abordagem teórica trouxe à tona aspectos até então pouco conhecidos da trajetória da companhia entre os anos de 1860 a 1889. Na pesquisa elaborada por Santos emergem indagações fundamentais para compreender o contexto histórico em que a Fábrica Ipanema estava inserida nas últimas décadas do Império. A hipótese levantada pelo autor é a de que o empreendimento de Ipanema apesar de oneroso aos cofres públicos foi mantido durante tanto tempo pelo interesse do governo em torná-lo “moderno” e com possibilidades de contribuir para o progresso técnico do país (SANTOS, 2008). As inversões de capital para manter a companhia foram, de acordo com Santos, uma decisão política, visando um projeto ou projetos de Estado. O fato de que os orçamentos destinados à fábrica serem obrigatoriamente votados e depois aprovados pela Assembleia Geral comprovam a importância política do empreendimento (SANTOS, 2008:16).

Desse modo, percebe-se que após a decadência material e financeira que marcou a Fábrica São João de Ipanema no final dos anos 1850 e causou a suspensão de suas atividades em 1860, logo nos anos seguintes, os planos para reerguer a companhia começam a figurar nas discussões da Assembleia Geral e o governo volta novamente sua atenção para o empreendimento. Como foi dito anteriormente, em 1860, a Fábrica passou a ser desmantelada e parte de seus equipamentos foi deslocada para o Mato Grosso. No entanto, tal situação foi apenas transitória. O encarregado de dar procedimento para as instalações de novas fábricas de pólvora e ferro em Mato Grosso, Rodolpho Waehneltd não obteve sucesso na empreitada e os planos para efetivá-las não foram levados adiante. Com esse revés, o governo, mesmo no período turbulento que

antecedeu ao conflito armado contra o Paraguai, resolveu dar novo alento para a Fábrica Ipanema. Conforme Santos, “em 1863, o Governo Imperial rescindiu o contrato com o engenheiro Rodolpho Waehneltd. Na iminência de um conflito armado contra o Paraguai e diante do malogro da fundição de Mato Grosso, ironicamente, a fábrica de ferro São João do Ipanema voltou aos planos do Império” (SANTOS, 2008:59).

Nos anos seguintes, o governo deu ordens para que se procedesse a uma avaliação detalhada das condições da fábrica. Para tanto, primeiramente foi incumbido da tarefa o metalurgista Julius Brecht em 1862. Na visão de Brecht, a companhia poderia ser reativada em pouco tempo, apesar da degradação material em que se encontrava. No entanto, tal situação não foi solucionada e a Fábrica ficou praticamente inativa por mais de um ano após a visita de Brecht. Em 1863, nova tentativa foi feita pelo engenheiro Guilherme Schuch de Capanema, a qual resultou em uma minuciosa descrição e avaliação das condições da empresa, desde os problemas territoriais causados por conflitos entre proprietários vizinhos que por vezes açambarcavam terrenos pertencentes à companhia, passando pelos escravos e africanos livres que foram transferidos para outros locais ou entregues a senhores de terras nas proximidades, até chegar aos equipamentos que restaram após as tentativas de transferir parte das máquinas para Mato Grosso (SANTOS, 2008:60-4).

Tal situação de degradação foi motivo para novamente aventar-se a possibilidade de arrendar a Fábrica para particulares. Conforme analisou Santos, o engenheiro Capanema era contrário a essa ideia e seu posicionamento, bem como sua proximidade pessoal com o Imperador, talvez tenha influenciado a decisão do governo em manter Ipanema sob controle estatal. Acrescente-se a esses pontos, o fato de que a tentativa de arrendamento da companhia levada a cabo em 1860 não obteve sucesso. De acordo com Santos, “o próprio D. Pedro II passou a defender a permanência da Fábrica Ipanema sob controle do Estado, possivelmente influenciado pelas considerações feitas por Capanema” (SANTOS, 2008:67).

O relatório circunstanciado do Dr. Capanema traz importantes informações sobre a estrutura da companhia em 1863. O grau de penúria da fábrica e seu entorno fica evidente, por exemplo, quando o engenheiro dá conta das culturas de alimentos e animais que pertenciam à

Fábrica. Afirmava o engenheiro que a fábrica já não produzia ferro, mantendo-se apenas algumas culturas de subsistência tocadas pelos escravos e africanos livres. Para o Dr. Capanema, na ausência da produção de ferro que se fizesse, ao menos, algo para manter o sustento dos trabalhadores da companhia, mas, segundo os dados que apresentou no relatório, nem isso era praticado na Fábrica naquele momento (Relatório sobre a Fábrica de Ferro S. João. de Ipanema, pelo Dr. Guilherme Schuch de Capanema, 1863, anexo: 9.10).

Outros tantos problemas são analisados e relatados pelo engenheiro Capanema, como os escravos pertencentes à companhia. Neste caso, o Dr. Capanema apontou erros nos livros de registro desses escravos e africanos livres e em seguida demonstrou a vergonhosa situação de miséria desses homens e mulheres pertencentes aos quadros da Fábrica. Afirmar ele que: “O estado dos escravos que hoje existem na fábrica não é dos mais lisonjeiros. São em número de 63, destes 27 são maiores de 60 anos, 17 menores de 12 anos e 3 inválidos, aí vão 47 ou 74% do total inutilizados para o serviço. Africanos livres existem 15, dos quais 3 inválidos e uma de 69 anos” (Relatório sobre a Fábrica de Ferro S. João de Ipanema, 1863, anexo:12). Pior que isso era que “o único oficial de ofício, o pedreiro, é ele aleijado de ambas as pernas”. Segundo o engenheiro, todo o pessoal apto para algum tipo de trabalho era utilizado nas roças cultivando mantimentos para sua própria subsistência. Afirmar ainda em tom indignado que a Fábrica Ipanema, cujas riquezas tanto foram exaltadas em épocas anteriores, era, naquele momento, “um asilo de inválidos” e “asilo pouco digno do Estado, porque é lastimosa a condição desses negros, muitos dos quais já serviram a nação para cima de 60 anos!” A insuficiente alimentação oferecida a esses escravos e africanos livres; a quase ausência de vestimentas e cobertas para o frio; a falta de recursos médicos e ausência de assistência religiosa completavam o quadro deprimente que se mostrava aos olhos do Dr. Capanema, daqueles indivíduos, “dos quais alguns trabalham para o Estado” (Relatório sobre a Fábrica de Ferro S. João de Ipanema, 1863, anexo: 9.10) (SANTOS, 2008:62).

Ao final, as recomendações do Dr. Capanema para que a companhia seja reestruturada indicam a necessidade de se reunir novamente os escravos dispersos entre diversos proprietários, proceder ao conserto dos edifícios, demarcar os terrenos da fábrica para evitar problemas com



vizinhos próximos, consertar o auge, dar prosseguimento a reconstrução das oficinas, fazer a manutenção das matas já existentes, adquirir novos animais de transporte, entre outras tantas tarefas essenciais para que o estabelecimento pudesse ser reerguido e em algum tempo voltar a produzir ferro (Relatório sobre a Fábrica de Ferro S. João de Ipanema, 1863, anexo:33-4).

Nos anos seguintes, e com a deflagração da Guerra do Paraguai, levantou-se a possibilidade de que a Fábrica Ipanema fosse importante ponto de apoio para o fornecimento de armas e projéteis para o exército imperial durante o conflito. Alguns autores enfatizaram que o período da guerra foi um momento de recuperação para a companhia. No entanto, como bem mostrou Nilton Pereira dos Santos, somente na década de 1870 é que o estabelecimento passou a ter uma pequena produção de ferro, ainda sim pouco expressiva para uma empresa do porte de Ipanema (SANTOS, 2008:74-5).

Nos anos 70 do século XIX a Fábrica Ipanema retomou lentamente suas atividades tentando reorganizar a produção de ferro. Na realidade, desde 1865 a Fábrica havia retornado a funcionar, mas o estado deficitário dos prédios, máquinas, fornos e a falta de mão-de-obra atrasaram bastante o início dos trabalhos. Houve a necessidade de exigir o retorno de escravos pertencentes à fábrica e que estavam sob a posse de terceiros desde 1860. O novo diretor, o capitão de engenheiros Dr. Francisco de Souza Mursa também postulou ao governo os recursos necessários para consertar o maquinário danificado e trazer novos equipamentos, reformar edifícios, estudar as formas de melhorar os caminhos para escoar a produção, além de várias outras medidas para pôr em funcionamento novamente o estabelecimento de Ipanema (Notícia sobre a criação..., 1871: 27).

Por volta de 1870 a fábrica ainda encontrava-se em fase de reconstrução de seus edifícios e a produção começava a ser retomada lentamente. Porém, nas palavras do ministro da guerra, Visconde do Rio Branco, Ipanema continuava a ser um pesado ônus aos cofres públicos (Relatório..., 1871: 24-6).

Em 1871, aponta o relatório que algumas das reclamações da diretoria da Fábrica foram atendidas pelo governo, como a aquisição de terrenos para as matas e chegada de alguns operários livres e mais africanos livres que de há muito tempo vinham sendo solicitados. Em 1872,



o Ministro da Guerra anotava que a Fábrica “se acha restaurada e está prestes a entrar em atividade, tendo montada as máquinas de que carecia” (Relatórios do Ministério da Guerra, 1871 e 1872: 30).

Em 1873, há notícias de que uma nova mina de carvão de pedra havia sido encontrada nas proximidades da fábrica, o que poderia trazer novo alento para incrementar a produção. Além disso, mostra-se o Ministro da Guerra esperançoso quanto ao futuro da companhia, pois menciona a possibilidade de integrá-la ao novo ramal férreo, que permitiria ligação mais rápida entre a Fábrica e a capital da província bem como à Corte, por meio de novos ramais que se estavam projetando. (Relatório do Ministério da Guerra, 1873, publicado em 1874: 63).

Nos anos seguintes, a se julgar pelos documentos oficiais, o estado geral da Fábrica era razoável. Ao que parece, os problemas com máquinas, matas e mão-de-obra haviam encontrado alguma solução, ainda que incompleta, mas que ao menos permitia seu funcionamento. As condições materiais e de saúde dos operários e africanos livres parecem terem melhorado bastante em comparação com a década anterior, cujo grau de degradação provocara a indignação do engenheiro Capanema.

Durante esse período, a companhia seguiu seu caminho oscilando entre momentos de maior atividade e estagnação produtiva. Em 1877, a administração da Fábrica São João de Ipanema deixou de ser subordinada ao Ministério da Guerra e passou a vincular-se ao Ministério da Agricultura (Relatório..., 1878: 27). Em seu primeiro relatório como responsável pela Fábrica Ipanema, o Ministro da Agricultura João Lins Vieira Cansansão descreve que sua primeira providência quanto ao estabelecimento fabril foi realizar uma visita ao local, conversar com seu diretor e avaliar as condições estruturais e financeiras da fábrica. Constatou que o preço dos produtos era elevado, não obstante a “*excelente qualidade*”, o que justificaria maior valor face aos artigos similares encontrados no mercado interno.

Em 1878, a administração da Fábrica recebera do governo material para construção de um ramal ferroviário para interligá-la a outros pontos da província, sendo este expediente, considerado fundamental para que a empresa se tornasse em fonte de renda para o Estado. No entanto, mesmo com essas medidas, a companhia oscilou entre períodos de boa produção e queda em suas atividades. Assim também durante a década de 1880, Ipanema apresentou déficits orçamentários em quase

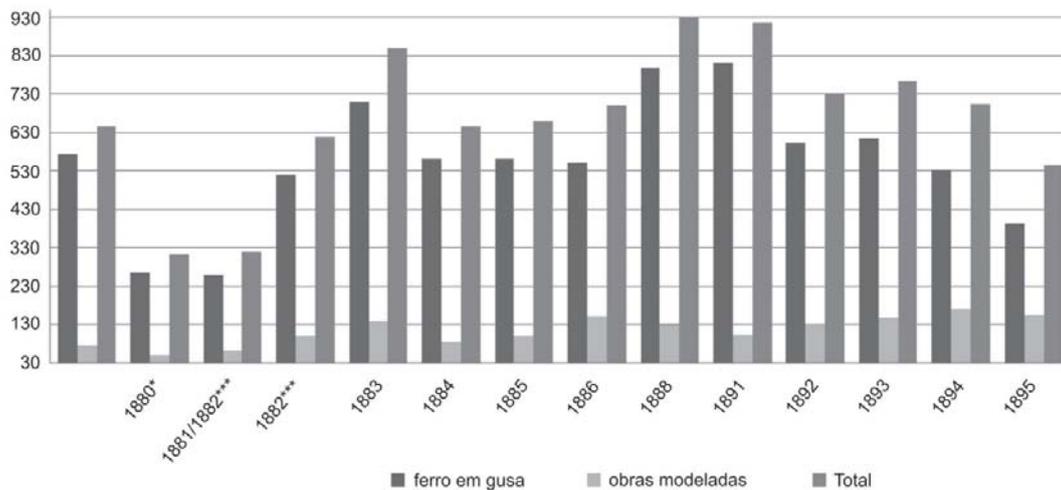
todo o período. Enquanto esteve vinculada ao Ministério da Agricultura, houve a preocupação da administração da Fábrica e dos Ministros de divulgarem para o Governo os indicadores de produção, receita e despesa, bem como outros itens importantes, como consumo de carvão, movimento das oficinas, entre outros. Os dados podem não ser exatos, pois por mais empenhado que fosse o diretor, Major Joaquim de Sousa Mursa, havia dificuldades para contabilizar receitas e gastos. Além disso, considera-se que a maior parte da receita da empresa provinha do tesouro nacional, o que justificava em certa medida, o cuidado em divulgar o movimento contábil do estabelecimento.

Quanto à produção, por exemplo, foram selecionados alguns indicadores referentes aos altos fornos entre 1879 e 1895. Vale ressaltar que os dados aqui apresentados correspondem ao movimento de um dos altos fornos, sendo que havia mais um cujo levantamento de produtividade não foi feito ainda. Em 1879 foram produzidas no alto forno 647 toneladas de ferro, das quais 572 correspondiam a ferro gusa e 75 toneladas de obras modeladas. Entre 1880 e 1882, os dados são fragmentados, pois a produção foi avaliada em períodos menores que doze meses. Em 1883, foram produzidas 849 toneladas, sendo 710 de gusa e 139 de obras modeladas. Tal índice cai nos anos seguintes com redução de cerca de 24% já em 1884 e 22,4% em 1885. O auge desse período ficou em 1888, quando foram produzidas pela empresa 798 toneladas de ferro gusa e 130 toneladas de obras modeladas, perfazendo um total de 928 toneladas. Para os anos seguintes, os indicadores disponíveis mostram que houve queda e que a produção destes artigos ficou na média de 733 toneladas. Em 1895, último ano em que se registrou a produção da companhia, os altos fornos de Ipanema totalizaram 546 toneladas. O Gráfico 1 a seguir mostra a produção de Ipanema na década de 1880 até 1895.

No que se refere ao movimento contábil, percebe-se por meio dos relatórios ministeriais que há grandes lacunas referentes ao período 1881-1895. No entanto, os dados disponíveis até o momento mostram que a empresa apresentou seguidos déficits durante esses anos. Em 1881, as despesas da companhia excederam seus lucros em 84:588\$079. O único ano em que a receita foi maior que a despesa foi 1883, quando se registrou em saldo de 106:060\$000. Os componentes da receita da companhia variavam bastante sendo que em 1881, no período de janeiro a setembro, foi formada por vendas a dinheiro (35,8% da receita total),



Gráfico 1 – Produção dos altos fornos da Fábrica de Ferro São João de Ipanema (em toneladas)



\* de janeiro a setembro.

\*\* de outubro a março.

\*\*\* de abril a dezembro.

Fonte: Relatórios do Ministério da Agricultura. Relatórios do Ministério da Guerra (para os anos de 1892 a 1895).

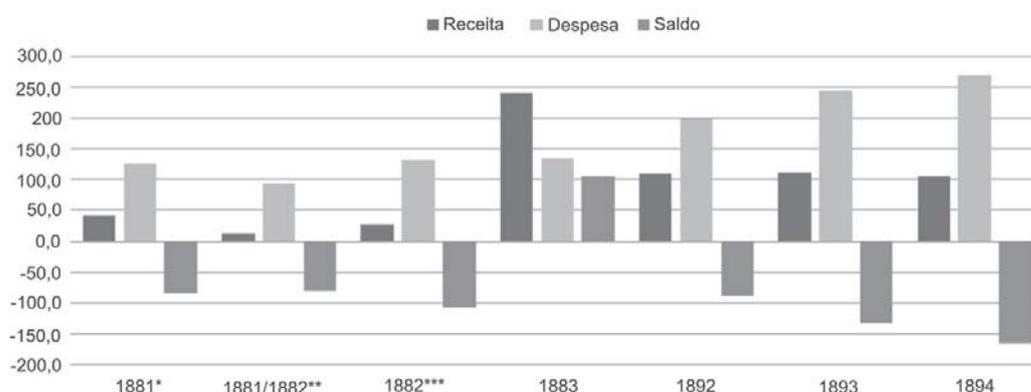
material fornecido para o Arsenal de Marinha da Corte (48,7%) e material fornecido para a Estrada de Ferro D. Pedro II (15,4%). A discriminação da despesa não consta no relatório de 1881. Tem-se uma ideia das despesas da Fábrica por meio do relatório do Ministério da Agricultura de 1883, que divide os gastos em despesas de custeio (pessoal, combustível, sustento de animais, enfermagem, compra de materiais, etc., e administração) e gastos com novas construções. No total daquele ano, não aparecem as despesas com novas construções. Talvez por esse motivo, a receita tenha sido considerada maior que a despesa. O Gráfico 2 a seguir demonstra os indicadores de receita, despesa e saldo da Fábrica Ipanema.

Nos diversos relatórios examinados, exaltam-se os méritos do diretor da Fábrica, Dr. Mursa em dar bom ânimo aos serviços, mas ressentem-se da falta de recursos, em especial de uma saída viável para a produção da companhia. Em 1886, em seu relatório sobre a Fábrica o diretor afirma com bastante clareza que era essencial dar saída aos produtos da fábrica cujos preços eram módicos tendo em vista a qualidade dos mesmos, porém por causa dos custos de transportes, chegavam ao mercado consumidor em desvantagem com os concorrentes estrangeiros (Relatório do Ministério da Agricultura, 1886, publicado em 1887, anexo P: 7).





Gráfico 2 – Receita, despesa e saldo da Fábrica de Ferro S.J. do Ipanema (contos de réis)



\* de janeiro a setembro.

\*\* de outubro a março.

\*\*\* de abril a dezembro.

Fontes: Relatórios do Ministério da Agricultura; Relatórios do Ministério da Guerra.

De acordo com Baddini, a reorganização da produção de ferro em Ipanema a partir de 1865 foi favorecida anos mais tarde, em 1879, pela inauguração do ramal da estrada de ferro Sorocabana que ligaria a fábrica diretamente com a capital da província (BADDINI, 2002: 121).

Na verdade, ao adentrar a década derradeira da escravidão no Brasil, Ipanema apresentou desempenho não muito animador, apesar de esforços realizados pelo zeloso diretor Joaquim de Souza Mursa em modernizar sua base produtiva e incrementar as receitas da fábrica. Embora a direção da fábrica se esforçasse em encontrar soluções para o problema dos transportes, o relatório do ano de 1887 mostra o desalento quanto a essa questão. Explica o ministro da agricultura que os preços de transporte inviabilizavam a produção da fábrica, incapaz de concorrer com produtos estrangeiros que chegavam ao país sem o “ônus dos fretes das estradas de ferro” (Relatório do Ministério da Agricultura, 1887, publicado em 1888:70).

Tal situação de dificuldades levou o diretor da Fábrica a solicitar sua saída em 1888, conforme consta no relatório do Ministério da Agricultura, após anos de serviço cioso em favor da companhia (Relatório do Ministério da Agricultura, 1889, publicado em 1890:29)

Nos anos que se seguem, a fábrica não apresentou grandes novidades quanto a possíveis melhoras em suas condições físicas, mas principalmente, quanto aos seus problemas financeiros. No início do período



republicano Ipanema resistia, mas mostrava sinais de esgotamento. Em 1892, volta sua administração a ser subordinada ao Ministério da Guerra permanecendo sob os cuidados desta pasta até 1895. Nesse mesmo ano, Ipanema passa a ser responsabilidade do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, sendo que suas atividades foram encerradas em definitivo, conforme consta do relatório ministerial. Novamente aventou-se a possibilidade de arrendamento da companhia, mas como não houve interessados em participar da concorrência, determinou-se o fechamento do estabelecimento que ocorreu em agosto de 1895. Ficaram no amplo terreno da fábrica apenas três pessoas, “encarregadas da guarda e conservação de todos os edifícios, maquinismos, diversos animais, matas, etc”. De forma melancólica encerrava-se as atividades da longeva Ipanema anotando que “embora reduzidas as despesas, o Governo sente-se tolhido nos meios de satisfazê-las, por falta de verba, convindo, portanto que seja libertada a União de um ônus de todo improdutivo” (Relatório do Ministério de Viação,..., 1897:134-5). Ao descerem as cortinas para sua história a Fábrica de Ferro São João de Ipanema possuía uma dívida cujo montante alcançava 750 contos de réis para o período 1888 a 1895 (BADDINI, 2002:121).

### **Conclusão: a Fábrica São João de Ipanema e suas características históricas**

Ao longo de sua trajetória histórica, a Fábrica de Ferro São João de Ipanema passou por várias fases, como foi exposto anteriormente. Desde os seus primórdios até o encerramento de suas atividades, esse empreendimento enfrentou dificuldades diversas e apontar as causas que levaram ao seu malogro ainda constitui um desafio aos pesquisadores de sua história. Em trabalho já citado, Zequini conclui com base em pesquisa arqueológica nos sítios da fábrica que existiram por volta dos séculos XVI e XVIII vários empreendimentos sobrepostos no local. Mais do que isso, afirma a autora que os vestígios encontrados mostram que se tratava de um “modelo de produção industrial” com divisão de tarefas transformação da energia hidráulica em energia mecânica “para movimentação das ferramentas e para insuflação de ar para queima do carvão nos fornos de fundição” (ZEQUINI, 2006:193-4).



Tais observações são de grande importância para a análise do funcionamento da fábrica, além de desvendar, por meio da comprovação material, quais equipamentos eram utilizados e como era organizada a produção da companhia, ainda que se trate de uma época remota e que tenham existido diferentes edifícios no local.

Embora trabalhos como o de Zequini permitam identificar características industriais em determinados períodos da Fábrica Ipanema, prefiro aqui pensar o empreendimento a partir de um conceito de pré-indústria, pois tal posição permite compreender melhor aspectos importantes presentes na história da companhia. Esses aspectos referem-se a uma gama de práticas produtivas que se assemelham bastante aos casos de fábricas e/ou manufaturas em vários locais da Europa até o século XVIII e mesmo dos Estados Unidos do século XIX.

Primeiramente, desde a sua formação ainda por volta do final do século XVIII, a fábrica teve que contar com uma estreita aproximação com as atividades agrícolas e extrativas que a mantinham funcionando por meio do fornecimento de alimentos para seus operários e de combustível para seus fornos e máquinas. A relação de proximidade com o campo também é uma marca sempre presente em estabelecimentos pré-industriais quando muitas vezes, a agricultura mantém “submersa” a atividade industrial (BRAUDEL, 1996:265).

Tal assertiva parece corresponder em alguns momentos, ao desenvolvimento histórico da Fábrica Ipanema, como por exemplo, quando por volta de 1785, com a proibição das manufaturas no Brasil pelo Alvará de cinco de janeiro, as atividades da fábrica foram suspensas e sua área ocupada pelos pequenos engenhos de açúcar que praticamente mantiveram “submersa” a companhia. O mesmo pode ser observado em 1860, quando suas atividades foram suspensas.

Mesmo em momentos mais dinâmicos, as formas pré-industriais são bastante evidentes: a organização das atividades fabris em Ipanema estava estreitamente vinculada aos trabalhos do campo. A derrubada e a aquisição de novas áreas de matas foi sempre uma questão constante dos relatórios dos diretores da fábrica. A ampliação da área para fornecer combustível aos fornos era uma tarefa essencial. A compra de terrenos vizinhos por parte do governo imperial era uma requisição constante do corpo administrativo de Ipanema em diferentes períodos, indicando a dificuldade em convencer os proprietários a ven-



derem suas terras, talvez por causa do valor das indenizações oferecidas pelo governo.

Não somente nesses aspectos percebe-se a aproximação de Ipanema com uma pré-indústria. A questão dos transportes, por exemplo, sempre tão problemática para a companhia, acabou levando as administrações dos anos 1860 a incluírem nas atividades da fábrica uma pequena fazenda de criação de gado vacum e cavalariço. Em 1872, tal fazenda era assim descrita por seu diretor: “Esta Fábrica, além do serviço próprio de uma fábrica de ferro, tem tido a seu cargo uma pequena fazenda de criação, tendo-se em vista que esta produzisse gado suficiente para a remonta dos animais empregados no serviço de transporte”. Havia na fazenda de criação naquele ano um total de 133 animais, entre gado vacum, muare e cavalares (Relatório..., 1872:6-8).

Outra característica tipicamente pré-industrial presente em Ipanema era seu distanciamento das principais cidades que na época faziam parte da região. Pertencente ao termo de Sorocaba, a fábrica estava distante da importante vila tropeirista, situando-se na realidade, às margens do rio Ipanema que lhe dava o nome (atualmente pertencente ao município de Iperó). Essa forma de localização, fora de áreas urbanas, conferia também uma das características pré-industriais da companhia. Portanto, “a Fábrica de Ferro de Villa de Sorocaba não era uma indústria propriamente dita, enquadrando-se na categoria conceitual (...) como pré-indústria. Um dos traços característicos da pré-indústria era a ausência de uma fronteira nítida entre a atividade agrícola e industrial” (MÜLLER & OLIVEIRA, 1990:1253).

Assim, percebe-se claramente que Ipanema manteve desde seus primórdios até praticamente o encerramento de suas atividades, os traços de uma pré-indústria, produzindo suas próprias matérias-primas, alimentando-se de combustível proveniente das matas pertencentes aos terrenos da fábrica, produzindo ferro a partir de um complexo fabril que envolvia oficinas de diversos misteres que não apenas o produto final e alimentando seus operários livres e escravos com os gêneros de suas roças estabelecidas em terrenos cedidos pela administração da companhia. Além desses aspectos, em alguns momentos de sua história, a Fábrica contabilizava em seus balanços produções de diversos tipos, incluindo a venda de alimentos processados ou *in natura*, tijolos e telhas para construção, produtos em madeira e outros itens que não estavam diretamente ligados à produção metalúrgica.



Desse modo, cabe então perguntar: qual foi afinal, a importância histórica da Fábrica de Ferro São João de Ipanema? Sem dúvida, Ipanema encontrava-se no rol das muitas tentativas de “modernização” da economia brasileira, assim como outros estabelecimentos típicos dos séculos XVIII e XIX. A Fábrica de Ferro São João de Ipanema teve importância histórica fundamental, assim como também teve sua congênera Fábrica de Pólvora da Estrela, no Rio de Janeiro, além de outros estabelecimentos fabris localizados na capital do império.

Não obstante, tais tentativas esbarravam em problemas de difícil solução para a época. A propósito, o próprio Eschwege escrevera nos idos de 1810 que não era possível fazer produzir uma grande fábrica de ferro no Brasil. Isso porque, em sua visão, “dificuldades sem conta tornariam o produto manufaturado no Brasil dez vezes mais caro do que o similar europeu” (ESCHEWEGE, 2011:684). Essas dificuldades infundáveis referiam-se, entre outras coisas, aos sítios em que tais fábricas deveriam ser localizadas, dadas as reservas minerais que abasteceriam tais empreendimentos. Isto porque havia um elevado custo de transporte, devido à precariedade dos caminhos até os mercados consumidores. Aí entraria outro entrave: o mercado consumidor era muito reduzido, segundo Eschwege, só com um grande aumento demográfico seria viável pensar-se em um empreendimento fabril de grande porte no país (ESCHEWEGE, 2011:690).

Outro ponto importante, apontado por Zequini, refere-se à própria qualidade das minas de ferro da região, apontada pela autora como a causa do fracasso das tentativas de produzir ferro. A mistura de magnetita da região de Araçoiaba com outros elementos como titânio e fósforo prejudicava a qualidade do metal extraído (ZEQUINI, 2006: 194).

No entanto, parece-nos essencial refletir que a relevância de Ipanema pode ser apreendida pela própria longevidade da companhia, não obstante, alguns períodos de interrupção de suas atividades. A manutenção de uma fábrica desse porte parece também se justificar por sua importância estratégica, dada a sua localização geográfica e seus artigos de ferro, pois é preciso observar que Ipanema desponta num momento histórico importante para o Brasil e para a economia mundial em meio a Revolução Industrial. Assim, por exemplo, desde a época do Morgado de Mateus, no final do século XVIII, percebia-se a importância da fabricação do metal para os objetivos de povoamento da capitania de São



Paulo e sua defesa contra incursões dos súditos do rei da Espanha (BELLOTTO, 1979:212)

No final do período colonial, a Fábrica Ipanema era considerada como uma das tentativas de “modernizar” a economia brasileira, a partir da produção de um artigo fundamental às nações de vanguarda naquela época: o ferro. É o que se depreende, por exemplo, do relato entusiasmado de Vergueiro quando clama ao governo que dedique especial atenção à metalurgia no país, que deveria ter prioridade sobre as demais manufaturas (VERGUEIRO, 1979:48).

Ipanema aparece sob este ponto de vista histórico como um esforço “modernizador”, constituindo assim, “um caso típico de organização de um estabelecimento fabril pré-industrial onde uma fábrica moderna, equipada com energia hidráulica e alto-fornos, reunia em torno de si uma fazenda e várias oficinas especializadas”. (MÜLLER & OLIVEIRA, 1990:1258). Entretanto, tal forma de organização fabril deveria contar quase que exclusivamente, com o apoio estatal, caso contrário, estaria fadada ao fracasso. De modo contrário ao pensamento liberal predominante nas teorias econômicas do século XIX, os responsáveis pela administração da Fábrica Ipanema sempre insistiram que a efetiva participação do governo era essencial para o estabelecimento produzir frutos compensadores. Ao Estado por sua vez, restaria aguardar no longo prazo os benefícios de um investimento tão dispendioso para fazer o país integrar-se entre as economias mais desenvolvidas da época.

As várias tentativas de retomada da produção fabril em Ipanema, ao que parece, foram quase sempre infrutíferas. Primeiramente, como apontaram Müller & Oliveira, a estrutura pré-industrial do país no início do século XIX não permitiu que o estabelecimento avançasse, apesar das inversões de capital e de uma moderna organização administrativa da companhia por meio de ações. O problema principal para esses autores seria os limites do mercado consumidor. O mercado interno pouco desenvolvido e as indecisões do governo em incentivar a produção e comprar armamentos da fábrica levaram a companhia a sofrer com a concorrência das fábricas e forjas localizadas em Minas Gerais e mais ainda, dos artigos importados, especialmente provenientes da Inglaterra, o que deu margem aos rumos erráticos que a fábrica apresentou ao longo de sua existência (MÜLLER & OLIVEIRA, 1990:1259).

A carência de uma rede de transportes eficientes sempre foi uma reclamação constante dos relatórios apresentados pelos administradores da fábrica aos Ministérios aos quais estavam subordinados. A boa qualidade dos produtos realizados em Ipanema foi ressaltada por alguns de seus diretores, mas mesmo assim, a inserção no mercado era impraticável, pois o custo de transporte dos artigos tanto dentro como fora da província de São Paulo elevavam os preços a patamares sem precedentes. A instalação de um ramal férreo que atendesse ao transporte da produção de Ipanema colaborou para o incremento de sua produtividade, mas não resolveu o problema, pois os fretes cobrados pelas linhas férreas encareciam os produtos da fábrica (SAES, 2002:182; LANNA, 2005; MATOS, 1990; SAES, 1981).

Desta forma, a trajetória da Fábrica de Ferro Ipanema mostra uma rica história de um estabelecimento fabril “moderno”, porém, dentro de uma estrutura econômica ainda pouco desenvolvida do ponto de vista do incentivo às atividades manufatureiras. As inúmeras tentativas de se produzir ferro em larga escala no Brasil e em Ipanema especificamente esbarravam na própria estrutura econômica da época, voltada para a produção agrícola e arraigada à escravidão. Mesmo após a abolição e o advento da República, pouca coisa mudou nessa perspectiva, visto que as indecisões sobre o futuro da companhia arrastaram-se até 1895, quando o governo republicano decide pelo encerramento definitivo das atividades de Ipanema.

## Fontes

- ESCHWEGE, W.L. von. *Pluto Brasiliensis*. Tradução do original alemão por Domício de Figueiredo Murta. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.
- FÁBRICA DE FERRO DE S. JOÃO DE IPANEMA. Relatório apresentado ao Ministro e Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Dr. Antonio da Silva Prado pelo diretor Joaquim de Souza Mursa, 1886.
- INFORME AO ADMINISTRADOR DE IPANEMA. AESP, Fábrica de Ferro, Ordem CO 5213, Caixa 1; 28 de março de 1828.
- NOTÍCIA SOBRE A CRIAÇÃO DA FABRICA DE FERRO S. JOÃO DE IPANEMA. Anexo ao Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Guerra, Visconde do Rio Branco. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1871.



LEI N. 66 - DE 12 DE OUTUBRO DE 1833. <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=67350&norma=83291>> (acesso em 19/12/2011).

RELATÓRIO DO DIRETOR DA FÁBRICA DE FERRO DE S. JOÃO DE IPANEMA apresentado ao Ministro da Guerra João José de Oliveira Junqueira. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1872.

RELATÓRIOS DO MINISTÉRIO DA GUERRA. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert.; 1829 a 1877 e 1892 a 1895. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial>>. Acesso em: 18/01/2012 a 08/02/2012.

RELATÓRIOS DO MINISTÉRIO AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert; 1877 a 1892. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial>>. Acesso em: 18/01/2012 a 08/02/2012.

RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert; 1897. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial>>. Acesso em: 18/01/2012 a 08/02/2012.

ROTEIROS E NOTÍCIAS de São Paulo Colonial: 1751-1804 (por) Marcelino Pereira Cleto (e outros). Introdução e Notas de Ernani Silva Bruno. São Paulo, Governo do Estado, 1977. (Coleção paulística, v.1)

VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. *História da Fábrica de Ipanema e Defesa perante o Senado*. Brasília, Senado Federal, 1979.



## Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Modelos da história e da historiografia imperial. *História da Vida Privada no Brasil, v.2*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

BADDINI, Cássia Maria. *Sorocaba no Império: comércio de animais e desenvolvimento urbano*. São Paulo, Annablume. Fapesp, 2002

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765-1775*. São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII, v. 2: Os jogos das trocas*. Trad. Telma Costa. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

DANIELI NETO, Mário. *Escravidão e indústria: um estudo sobre a Fábrica de Ferro São João de Ipanema – Sorocaba (SP) – 1765-1895*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2006.

FLORENCE, Afonso Bandeira. Resistência escrava em São Paulo: a luta dos escravos da Fábrica de Ferro São João de Ipanema – 1828-1842. *Afro-Ásia*, 18, 1996.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. Ferrovias no Brasil 1870-1920. *Revista História Econômica & História de Empresas*, vol.VIII, n.1, jan.-jun 2005.





- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1988.
- LIBBY, Douglas Cole. Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais. *História Econômica da Independência e do Império*. ABPHE, Fapesp, Hucitec, São Paulo, 1996.
- LOBO, Eulália L. História Empresarial. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Ciro F. Cardoso e Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro, Campus, 1997.
- MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. 4ª edição, Campinas (SP), Pontes, 1990.
- MÜLLER, Elisa & OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair M. de. Reflexões sobre a história da Fábrica de Ferro São João de Ipanema. *Anais do XVIII Encontro Nacional de Economia*, ANPEC, Brasília, DF, dezembro de 1990.
- NOVAIS, Fernando. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo, Cosac Naify, 2005.
- OGILVIE, Sheilagh & CERMAN, Markus (edit.). *European proto-industrialization*. Cambridge University Press, 1996.
- OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. *A pré-indústria fluminense; 1808-1860*. Tese de doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 1987.
- RODRIGUES, Jaime. Ferro, trabalho e conflito: os africanos livres na fábrica de Ipanema. *História Social: Revista da pós-graduação em História*, IFCH-UNICAMP, n. 4/5, 1998.
- SAES, Flávio. *As ferrovias de São Paulo. 1870-1940*. São Paulo/Brasília, Hucitec/Instituto Nacional do Livro – MEC, 1981.
- \_\_\_\_\_. Estradas de Ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em São Paulo, 1870-1900. In.: Szmrecsány, T. & Lapa, J. R. do Amaral. *História Econômica da Independência e do Império*. 2ª Edição revista. São Paulo: Hucitec/ABPHE/ Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial, 2002.
- SANTOS, Nilton Pereira dos. *A Fábrica de Ferro São João de Ipanema: economia e política nas últimas décadas do Segundo Reinado (1860-1889)*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, FFLCH, 2009.
- ZEQUINI, Anicleide. *Arqueologia de uma Fábrica de Ferro: Morro de Araçoiaba—Séculos XVI-XVIII*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo; Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, 2006.

